



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



ECONOMIA E EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Jesuseli Ribeiro Araujo¹

Elis Regina Nunes Mota Araújo²

Edgleide Santos Torres³

Eixo Temático : Educação e Políticas Públicas

RESUMO: Este artigo faz uma reflexão do papel da educação como elemento básico para o desenvolvimento sócio econômico brasileiro objetivando uma análise reflexiva sobre os desafios e implicações que vive a economia de nosso país e a importância da educação para este desenvolvimento. Abordaremos questões relacionadas à educação como fator indispensável ao desenvolvimento econômico e social. As políticas públicas desenvolvidas no âmbito federal, estadual e municipal necessitam pensar seus projetos numa perspectiva de desenvolvimento humano, social e econômico, a educação como fator fundamental neste processo de educação e desenvolvimento. O desenvolvimento industrial exige qualificação técnica para o trabalho, no entanto, a escola deve proporcionar ao homem condições de vida e de subsistência numa relação que reconheça os direitos e os deveres do homem enquanto sujeito social.

Palavras - chave: Educação, desenvolvimento, Economia

Abstract: This article makes people think about the role of education as a basic element to the Brazilian socioeconomic development, it aims a reflective analysis about challenges and the things that involves our country's economy and the significance of education to this development. We'll deal with questions related with education as indispensable factor to economic and social development. The public policies developed at federal, state and municipal scope need to think about their projects in a human, social and economic development perspective, the education as a fundamental factor in this process of education and development. The industrial development requires technique qualification to the job, however, school must afford conditions of life and subsistence to the men, in a way that the men's rights and duties as a social subject have to be recognized.

Keywords: Education, development, economy.

INTRODUÇÃO

O modelo econômico implantado no Brasil pelos portugueses favorecia tão somente a coroa portuguesa, uma vez que, esta, encontrava-se em declínio econômico e não havia recursos que possibilitassem a exploração das terras do continente americano, havia sim a necessidade de resguardar as terras recém descobertas dos constantes exploradores estrangeiros. Para FURTADO (2006) os portugueses necessitavam justificar os gastos de defesa das terras americanas com uma receita que possibilitasse vultuosos ganhos. Ainda para o autor, o modelo industrial implantado no Brasil Colônia era um modelo de economia monopolista, latifundiária e de mão de obra escrava, portanto, tais fatos ocorridos neste período trouxeram reflexos negativos para a economia brasileira ao longo do tempo.

Com a consolidação da sociedade capitalista, a Revolução Industrial representa o início desta sociedade, trazendo para a indústria grande massa humana, a indústria retira o homem do campo para a cidade, o artesão abandona a sua terra e vai para a cidade em busca do trabalho assalariado. Para MARTINS,

A utilização da máquina na produção não apenas destruiu o artesão independente, que possuía um pequeno pedaço de terra, cultivado nos seus momentos livres. Este foi também submetido a uma severa disciplina, a novas formas de conduta e de relações de trabalho, completamente diferentes das vividas anteriormente por ele. (1994, p. 12)

O sistema capitalista depende da ordem social e do desenvolvimento da economia, a escola passa a desempenhar um papel político e social, educar e preparar o homem para o trabalho. Surgem várias correntes que vão refletir sobre as sociedades capitalistas, a sociologia a partir das concepções de Karl Marx fala do trabalho enquanto uma "condição natural eterna da existência humana" (MARTINS,1994, p. 29), para ele os trabalhadores estavam submetidos a uma dominação econômica. Temos Weber, que ao contrário de Marx considerava o capitalismo um sistema justo e racional, para ele "o capitalismo lhe parecia a expressão de modernização e uma eloqüente forma de racionalização do homem ocidental" (MARTINS, 1994, p. 70)

A sociedade brasileira por se constituir em um universo complexo em relação a educação e desenvolvimento econômico tem dificuldades em compreender esta realidade social que envolve o país. Temos o conceito de escola enquanto um espaço que educa e desenvolve metodologias que entre os diversos objetivos da escola, qualifique o cidadão para o trabalho. A economia exige cada vez mais a qualificação profissional. Entre os anos 60 e 70 temos aqui no Brasil as lutas de movimentos sociais contra a ditadura pela libertação do homem imposta pelo poder político,

A "libertação" foi a tônica predominante nos anos 1960 e 1970. A "hegemonia" tem sido a palavra de ordem ao longo dos anos 1980 e 1990. A primeira, representada particularmente pelo pensamento de Paulo Freire, expressava os anseios e as lutas dos que queriam se libertar da ditadura (1964-1984) e da história de colonialismo imposto ao Brasil. A segunda, tendo Antonio Gramsci como referência, passou a significar o projeto das forças populares que com o fim da ditadura orientavam seus esforços para a construção de uma democracia social e para a conquista da direção política. (SEMERARO, 2007)

Este movimento critica o sistema capitalista e a escola por adquirir concepções de aprendizagem específica para o trabalho, a construção de um país democrático requer uma reflexão em relação ao sistema político e social. Uma escola que qualifique para o trabalho pensando um desenvolvimento econômico necessita criar metodologias de aprendizagens que qualifique e transforme pensando o homem a partir de uma

concepção crítica, inserido em uma cultura diversificada com sérios problemas sociais que entre outros aspectos envolve política, economia e sociedade.

O desenvolvimento econômico e social de um país exige uma implementação de políticas públicas que fortaleçam a estruturação dos diversos setores sociais, ao longo do tempo. Desde o Brasil Colônia, passando pelo Império, República e do período ditatorial, as políticas voltadas para a Educação não alcançaram com objetividade o êxito que se espera em termos de desenvolvimento para elevar a condição do Brasil na qualidade da educação.

A partir dos anos 70 a crise mundial que se estendeu pelas décadas seguintes produziu um elevado índice de desemprego acompanhado de altos níveis de pobreza para os países capitalistas, principalmente os considerados subdesenvolvidos. A partir daí as iniciativas e práticas políticas tiveram inclinação para uma economia solidária na forma de iniciativas sociais espontâneas e coletivas, transformando-se em políticas oficiais.

A globalização da economia mundial é decorrente da revolução técnico-científica que faz o capital se concentrar assumindo formas internacionais nos seus diversos processos e sistemas produtivos e financeiros. Após os anos 80 observamos que, apesar da tendência mundial à globalização, houve um sutil processo de regionalização na busca da ampliação por nichos econômicos das empresas buscando encontrar novas tecnologias, protegendo de alguma forma determinados setores econômicos.

A realidade econômica brasileira atual é compreendida por muitos, como inovadora e competitiva, elevando a sua condição de sustentabilidade, características essas que o revelou economicamente ao mundo. Certamente, tais afirmações podem ser confirmadas quando ouvimos os noticiários pontuando que nossos produtos - ainda que não estejam agregados a eles as tecnologias de ponta - e serviços são adquiridos, e chegam cada vez mais a novos mercados, sendo absorvidos por sua qualidade e criatividade.

O objetivo deste artigo é fazer uma análise reflexiva sobre os vários desafios e implicações a serem vencidos para que nossa economia possa se fortalecer e reverter de fato a nossa condição de subdesenvolvidos para um país desenvolvido.

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A herança cultural, influenciando diretamente sobre a composição e os objetivos perseguidos pela demanda escolar, os rumos que toma a economia, criando novas necessidades de qualificação profissional, e a expansão da educação escolarizada, obedecendo à pressão desses dois fatores, compõem o quadro situacional das relações existentes entre educação e desenvolvimento. (ROMANELLI, 1991, p. 25)

O desenvolvimento econômico e social é o principal objetivo do homem desde o princípio de sua existência quando este ainda não havia se apropriado do conhecimento científico, mas já vislumbrava formas mais viáveis para o seu sustento. Este objetivo perdura até os dias atuais, hoje, através do conhecimento adquirido e da evolução dos estudos científicos alcançou níveis de desenvolvimento que nem mesmo o próprio homem no início dos tempos havia sequer sonhado.

Inúmeras transformações, não só na economia, mas, também na sua forma de ser e pensar foram historiadas pela humanidade, e no Brasil elas seguiram acontecendo em paralelo.

No último terço do século 19, o Brasil passou por significativas transformações econômicas, políticas e sociais, resultantes, principalmente, do impacto produzido pela Guerra do Paraguai (1865-1870), da abolição da escravidão negra (1888) e, por fim, com a queda do Império e o advento da República (1889). (LEMME, 2004,

As transformações econômicas e sociais ocorridas a partir do século XIX modificaram todo o cenário da vida social do povo brasileiro e até de todo o continente europeu que buscava aquecer a sua economia expandindo sua extensão territorial. Segundo Evans,

Em fins do século XIX, o Brasil começava a fazer sua própria farinha de trigo ou seu toucinho; tudo o que era manufatura vinha, provavelmente, das fábricas da Grã- Bretanha, e era paga com os rendimentos da agricultura. Não há melhor maneira de compreender a estrutura da dependência clássica do que examinando as relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha antes da Primeira Guerra Mundial. (1982, p. 59)

Depois de superado o modelo primário exportador é iniciado o processo de industrialização, (início da transição para o trabalho assalariado), decorrendo daí as seguintes questões:

- a. A instabilidade das economias coloniais ocorreu desde o ciclo do açúcar até a mineração em Minas Gerais. Em razão de sua decadência levou os produtores a regressão para economia de subsistência. Esse movimento e a extinção do tráfico, no século XIX, dificultaram a mão-de-obra à economia cafeeira em expansão. Problema solucionado no final do século com a imigração.
- a. Expansão do complexo cafeeiro - A economia exportadora de trabalho assalariado propiciou a construção da infra-estrutura de transportes, a urbanização e seus serviços e o desenvolvimento de algumas indústrias de bens de consumo. A densidade de relações intra-setoriais criou a possibilidade da multiplicação de renda monetária a partir das receitas das exportações. No final dos anos 20, em virtude da super produção, aconteceu o colapso dos preços, assim como em 1930, com o colapso do comércio mundial, foi imposta a política de defesa da renda interna.

Durante todo pós-guerra, até evidenciar-se a crise da dívida externa de 1982, o Brasil manteve um ritmo acelerado de crescimento econômico. Entre 1947 e 1980 o PIB cresceu em média 7,1%, uma marca não igualada, no período, nem mesmo pelo Japão, ou Tigres Asiáticos. (FURTADO; 2004; p.18).

- a. Para os críticos a indústria brasileira revela uma tendência à ineficiência, à falta de competitividade externa e à estatização, sendo isto considerado por alguns, males congêntos do processo de substituição de importações.
- a. É importante observar que, o crescimento e a desaceleração da economia ao longo dos últimos vinte anos mostram a partir dos anos 80, relativas baixas das taxas médias de crescimento, as flutuações tornaram-se mais intensas, e os surtos de expansão, mais curtos.

DESENVOLVIMENTO ATUAL DA ECONOMIA

O debate sobre o desenvolvimento atual focaliza as políticas macro-econômicas de curto prazo, prejudicando as investigações sobre a dinâmica das estruturas, ou melhor, sobre as transformações financeiras, tecnológicas, patrimoniais e especiais determinadas pela interação entre o centro hegemônico e as estratégias nacionais de inserção das regiões periféricas.

De acordo com BELLUZZO apud FURTADO,

Essas transformações, atualmente são impulsionadas pelo jogo estratégico entre o pólo dominante – no caso a economia americana, sua capacidade tecnológica, a liquidez e profundidade de seu mercado financeiro, o poder de seignorage de sua moeda – e a capacidade de resposta dos países em desenvolvimento às alterações no ambiente internacional. (2007, p.19)

Entendemos que os países em desenvolvimento dispõem de estruturas sociais econômicas e políticas diferentes dificultando a integração entre os mesmos nas diferentes etapas na evolução do capitalismo. Ainda que, os governantes possuídos pela presunção de terem poder para aumentar o crescimento do PIB com incentivos públicos, sem aumentar os níveis de inflação. Com referência a isto, três períodos da história brasileira mostram os limites de qualquer pessoa para interferir nos rumos da economia.

PERÍODO DE 1968-1973 - MILAGRE ECONÔMICO

O governo realizou reformas a partir de 1964 com Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), o novo sistema tributário e a criação do Banco Central, estimularam a economia viabilizando investimentos de capital estrangeiro no Brasil, ampliando o nível de emprego embora, os salários permanecessem sem sofrer alterações.

A inflação foi combatida, mas não debelada. Houve incentivo aos grandes investimentos, com projetos como, por exemplo, os da Usina de Itaipu e da Ponte Rio - Niterói.

O mundo vivia um ciclo de crescimento forte e duradouro desde o fim da II guerra mundial, período conhecido como "anos dourados", caracterizado pela formação da sociedade de consumo. Havia sobras de recursos internacionais para os investimentos.

Tem-se como resultado a crise do petróleo e o aumento da inflação mundial, dando fim ao ciclo de prosperidade, e o Brasil endividado, sentiu os efeitos da crise da dívida externa e, depois a hiperinflação. A economia entrou em recessão.

PERÍODO DE 1985-1986 – REDEMOCRATIZAÇÃO E PLANO CRUZADO

Após os efeitos da segunda crise do petróleo (1979), o mundo retomou o crescimento. Contribuíram as reformas liberais de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher, na Inglaterra. Em 1986, o governo congelou os preços para combater a indexação e assim conter a hiperinflação. A medida elevou momentaneamente o poder de consumo dos brasileiros, sustentando o crescimento do PIB.

Sem o controle das contas públicas nem a abertura da economia, a euforia do cruzado teve fôlego curto. O Brasil quebrou, decretou a moratória da dívida externa e a inflação voltou. O ajuste só veio com o Plano Real, em 1994.

PERÍODO 2009 A 2011 – PÓS - CRISE FINANCEIRA

Após a queda no PIB, em 2009, o governo baixou os juros, ampliou o financiamento público e diminuiu os impostos de automóveis e eletrodomésticos. Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a taxa básica de juros (Selic), chegou a ser reduzida para 8,75%, menor valor registrado neste período.

Em todo o mundo, trilhões de dólares foram gastos no combate a recessão, parte desses recursos foram destinados para a economia brasileira. Em 2010, o Brasil registrou o maior crescimento das duas últimas

décadas, contudo a inflação retornou sendo necessário, por parte do governo, estabelecer medidas para frear a economia. Presentemente o governo volta a ampliar os estímulos, e o BC reduziu a taxa de juros.

A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO PARA A EVOLUÇÃO ECONÔMICA

O Brasil passou por importantes reformas sociais e econômicas, alguns indicam que as questões de ordem econômicas foram resolvidas, mas, alguns problemas sociais parecem ter sido esquecidos tais como: infra-estrutura deficitária, baixos investimentos na pesquisa tecnológica e na educação, refletindo de forma acentuada em uma baixa produtividade, embora as perspectivas sejam favoráveis é preciso investimentos maciços na educação e infra-estrutura básica.

Mesmo com avanços, a educação brasileira ainda é uma das piores do mundo. A escola, conforme Paro, é instrumento de transformação da sociedade embora o modelo que temos não cumpre o objetivo a que se propõe por excluir através da sua própria fragilidade.

[...] a escola pode concorrer para a transformação social; outra coisa bem diferente é considerar que a escola que aí está já esteja cumprindo essa função. Infelizmente essa escola é sim reprodutora de certa ideologia dominante... é sim negadora dos valores dominados e mera chanceladora da injustiça social, na medida em que recoloca as pessoas nos lugares reservados pelas relações que se dão no âmbito da estrutura econômica. (PARO, 2008, p. 56)

Para ocupar um lugar entre os primeiros no ranking de melhor qualidade de vida, é preciso investir na educação, para tanto, os governantes devem oferecer políticas de educação que permita a inserção do indivíduo no campo da pesquisa e das políticas públicas educacionais respeitando a diversidade econômica e social.

Para Paro "É nesse sentido, portanto, que vejo a necessidade de a escola organizar-se democraticamente com vistas a objetivos transformadores (quer dizer: objetivos articulados aos interesses dos trabalhadores)."(2008, p.12)

Uma mudança nas condições de vida objetivando uma economia sustentável só será possível com investimentos em educação, infra-estrutura e no setor produtivo que necessita cada vez mais de profissionais qualificados.

Os países que ascenderam ao topo da hierarquia mundial da riqueza ancoraram-se na melhoria generalizada do perfil educacional de seus cidadãos. A universalização da educação básica e a erradicação do analfabetismo foram conquistas comuns a todos eles. À educação superior coube não apenas a tarefa de prover os meios para que fossem logrados esses intentos, mas também a de colocar esses países na vanguarda do desenvolvimento científico-tecnológico. (CORBUCCI, 2007)

Portanto, é urgente a necessidade de mudanças estruturais, assim como dos muitos obstáculos que impedem um maior desenvolvimento da economia brasileira.

QUANDO A EDUCAÇÃO NÃO ACONTECE

Nada adianta o governo incentivar o consumo se a oferta não crescer no mesmo ritmo, o resultado será sempre aumento da inflação e das importações. Para alcançarmos níveis satisfatórios de produção fazem-se necessários investimentos em inovações tecnológicas as quais possibilitam condições de competitividade, qualidade e preços compatíveis a nível global.

Mas, como seria possível promover o desenvolvimento da sociedade brasileira, alcançar melhores níveis de produção sem que uma transformação radical na educação desde a sua base até o ensino superior seja implementada.

O sociólogo francês Jean Lojkine expõe sobre a dominação mundial do capitalismo ao tempo em que questiona o monopólio do pensamento que caracteriza a divisão do trabalho, ilustrando seu potencial de transformação denominando de Revolução Informacional como,

Nasce da oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação das funções manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial. (2002, p. 14)

A nossa produtividade não avançou nas últimas décadas, a verdade é que o Brasil passou por importantes reformas nos últimos anos e que ainda existem graves problemas. Houve sim, um significativo crescimento na produtividade da agropecuária, mas a indústria deixou de crescer. É certo que a nossa economia realmente cresceu, porém de forma inferior à de seus competidores.

Houve um acréscimo do número de Universidades públicas e particulares no Brasil, entretanto, a qualidade e o nível do ensino básico principalmente, nas escolas públicas não evoluiu.

Em busca de uma saída, o governo procura acelerar o ritmo de produção sem inflar os preços, ou seja, ampliar a produtividade, e assim, mensurar a eficiência do país em gerar riquezas a partir de seus recursos físicos e humanos. Torna-se evidente o pouco caso dos nossos governantes pela educação e pesquisa tecnológica, cabe ao país desprender maiores esforços se quiser distanciar-se do bloco das nações em desenvolvimento e se aproximar das desenvolvidas.

Países notadamente bem sucedidos mantiveram níveis elevados de crescimento graças ao investimento em educação e infra-estrutura, em patamares superiores ao que o Brasil tem apresentado. Porém, quando um país atinge padrões de renda média, como acontece com o Brasil, seu crescimento passa também a depender das reformas internas e do investimento em tecnologia.

Embora seja o Brasil um país onde se paga altas taxas tributárias, é também um país cujos serviços públicos oferecidos não apresentam a necessária qualidade. O elevado índice de analfabetismo e o insuficiente exercício das políticas públicas acontece pela ausência de uma educação que possibilite conhecimento e empenho dos brasileiros nas reivindicações dos seus direitos.

DESAFIOS A SEREM VENCIDOS: O PARADIGMA DA TECNOLOGIA

Grande parte dos problemas econômicos brasileiros está relacionada à falta de conhecimento técnico e ao acesso às tecnologias de ponta, as quais elevam os níveis técnicos de produção.

Portanto, as transformações oriundas da informação constituem uma tendência dominante nas economias capitalistas, definindo um novo paradigma que vislumbra a transformação tecnológica presente nas diversas relações entre a sociedade e a economia.

Conforme comenta em seu artigo, **A sociedade da Informação e seus desafios**, Werthein revela que a informação permite ao homem alcançar objetivos maiores e a penetração em áreas distintas possibilitando a evolução e adaptação dos conhecimentos.

A informação é sua matéria-prima: as tecnologias se desenvolvem para permitir o homem atuar sobre a informação propriamente dita, ao contrário do

passado quando o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias, criando implementos novos ou adaptando-os a novos usos.

Os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade porque a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto todas essas atividades tendem a serem afetadas diretamente pela nova tecnologia. (WERTHEIN, 2000, p.19)

As transformações oriundas das tecnologias originam-se de uma interação pré-existente entre a criatividade, o espírito empreendedor e as condições de pesquisas científicas.

O financiamento militar, o surgimento da indústria eletrônica, o progresso tecnológico da década de 70 aliados a cultura da liberdade, transformação individual e o empreendedorismo americano estimularam a revolução tecnológica, possibilitando ao homem inovações altamente complexas, permitindo-lhes alcançar patamares, antes, nunca previstos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse deste artigo foi refletir sobre os desafios e problemáticas a serem vivenciadas pela economia brasileira através das políticas públicas praticadas objetivando fortalecer e mudar o padrão e a qualidade de vida do cidadão.

Desta forma, concluímos que o Brasil ainda tem muito a fazer para alcançar um lugar entre as nações desenvolvidas. Percebe-se o quanto nosso país necessita de políticas públicas que amenizem as dificuldades e os desafios a serem enfrentados, como os históricos atrasos nas ações voltados para educação, saneamento, transporte, saúde dentre outros setores.

São notórias as conquistas, mas evidentes as deficiências sociais internas que devem ser mostradas e refletidas, de forma que todos tomem conhecimento da realidade e dos desafios que devemos enfrentar para melhorar de fato o desenvolvimento da nossa economia, através de vários fatores, mas, especialmente através da educação, um dos grandes empecilhos para que o nosso país venha a ser conhecido como devidamente desenvolvido.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada**. Disponível em: <http://ipea.gov.br>

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Desafios da Educação Superior e Desenvolvimento no Brasil, de Brasília**. Julho de 2007 © Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2007.

EVANS, P. A Tríplice Aliança – **As multinacionais, as estatais e o capital nacional – no desenvolvimento dependente brasileiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro:, Zahar, 1982. folha.uol.com.br/saber.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Ed. Companhia das Letras, 34ª edição. São Paulo, 2007.

FURTADO, C. **Os Desafios da Nova Geração**. Revista de Economia Política, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004.

LEMME, P. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade**

educacional brasileira - Revista de Economia Política, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. Trad. De José Paulo Netto. 3ª Ed. São Paulo:Cortez,2002.

PARO, V. Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**.São Paulo: Ed. Ática,2008.

WERTHEIN, J. **A sociedade da Informação e seus desafios**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000

MARTINS, Carlos B. **O que é Sociologia**. São Paulo:Brasiliense, 1994.

SEMERARO, Giobanni. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. Rev. Sociol. Polit. n.29 Curitiba nov. 2007. Disponível em : <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782007000200008>